

Lava Jato: guerra híbrida, lawfare e ataque à democracia no Brasil

Marcelo Ribeiro Uchôa

Doutor em Direito. Professor de Direito Internacional Público da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)

Quando, em novembro de 2015, o Jornal Sul 21 divulgou entrevista (Sul 21, 2015) com o agente cubano Raúl Antonio Capote Fernández, professor e sindicalista que, entre 2004 e 2011, a pedido da inteligência cubana, atuou como espião infiltrado na CIA, poucos acreditavam que os eventos de desestabilização institucional em curso no Brasil desde junho de 2013 estavam sendo oxigenados por uma potência estrangeira. Naquele mês, novembro de 2015, a presidenta da República Dilma Rousseff, que havia logrado êxito numa acirrada disputa para reeleição no ano anterior, desdobrava-se para governar em meio a protestos de rua, na iminência de começar a responder um controverso pedido de impeachment que iria destitui-la poucos meses após, em agosto de 2016.

Na entrevista, o agente cubano explicou que nos anos em que esteve infiltrado na CIA disfarçado de dissidente castrista seu papel era agir para desestabilizar o governo de Cuba, aproveitando-se da condição de líder de massas. A tarefa encomendada não era plantar bombas como até então se

via com frequência nas ações de sabotagem ao regime, mas promover uma guerra cultural, o dissenso no terreno das ideias. Como ativista político, incumbia-lhe provocar uma revolução colorida, branda, sem recurso a estratégias de violência explícita, consideradas custosas economicamente, arriscadas geopoliticamente e, definitivamente, ineficazes em Cuba. O modelo em curso era o premeditado por Gene Sharp, reconhecido professor da Universidade de Massachusetts, em seu livro *Da ditadura à democracia* (SHARP, 2015). Em síntese, incendiar a sociedade civil e deixá-la fazer, por si só, o trabalho de enfrentamento ao sistema.

A hipótese de uma guerra, ainda que não convencional, parecia difícil de vicejar-se num país como o Brasil onde as bases democráticas apresentavam-se sólidas e os indicadores econômicos apontavam para um crescimento com desenvolvimento social e humano. Ademais, o país mantinha relações amistosas com os Estados Unidos do então presidente Barack Obama, de sorte que soava como “teoria

conspiratória” a especulação de uma trama estrangeira contra o governo brasileiro, por mais que, desde 2013, documentos vazados por Edward Snowden, ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA), já houvessem apontado que o governo estadunidense bisbilhotava autoridades do país, inclusive a presidente da República (G1, 2013), fato eventualmente reforçado por revelações do site WikiLeaks (2015).

A obra *Guerras Híbridas* (KORYBKO, 2018), do analista político norte-americano Andrew Korybko veio a dar nome aos bois. No ensaio, a estratégia da desestabilização institucional de governos estrangeiros pelos EUA, com uso de métodos brandos, é dissecada de maneira contundente. Gene Sharp é apresentado como o possível “maior responsável pelo sucesso das revoluções coloridas”, a partir da Primavera Árabe de 2010, um “Maquiavel da não violência” (KORYBKO, 2018, p. 63). A tática da guerra híbrida, naquele momento vital para balançar a Síria e a Ucrânia, crescia à medida que o acesso planetário às redes sociais (Facebook e Twitter, eventualmente, WhatsApp, etc) se universalizava e tornava possível conexões integradas, com geração de algoritmos e propagação de mensagens em alta velocidade e escala. A comunicação em rede tornava viável e potencializava os 198 expedientes que Gene Sharp enumerava para a alimentação de uma revolução colorida, dezenas dos quais

aplicados no Brasil, por exemplo: 1. Discursos Públicos; 6. Petições em grupo ou em massa; 7. Slogans, caricaturas e símbolos; 10. Jornais e revistas; 11. Gravações, rádio, televisão e vídeo; 15. Grupo de pressão; 16 Piquetes; 18. Exibição de bandeiras e cores simbólicas; 22. Nudez como forma de protesto; 26. Pintura de protesto; 30. Gestos grosseiros; 32. Insultos ou provocações a oficiais; 34. Vigílias; 38. Marchas; 48. Reuniões de protesto; 55. Boicote social; 63. Desobediência social; 79. Boicotes de produtores; 80. Boicote de fornecedores e transportes; 81. Boicote de comerciantes; 83. Bloqueio (*lockout*); 87. Recusa de pagamento de taxas, emolumentos e impostos; 121. Recusa de apoio público (ao regime e às suas políticas); 144. Estagnação e obstrução. 146. Não cooperação judicial (por juízes); 147. Ineficácia deliberada e não cooperação seletiva de responsáveis pela aplicação da lei; 196. Desobediência civil a leis “neutras”; 197. Trabalho sem colaboração. 198. Soberania dupla e governos paralelos. (SHARP, 2015, p. 121-132).

Mas, afinal, por que os Estados Unidos estariam interessados em desestabilizar o governo brasileiro? Em abril deste ano, o ex-ministro das relações exteriores do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chanceler Celso Amorim, relatou em entrevista que a motivação da guerra híbrida proposta contra o Brasil, que resultou na destituição injusta de Dilma Rousseff e na perseguição

desumana contra Lula da Silva, foram o interesse no Pré-Sal e o receio da aproximação geopolítica do Brasil à China e Rússia, através dos BRICS (BRASIL 247, 2021). De fato, entre os períodos Lula e Dilma, o Brasil atravessava o seu melhor momento econômico de toda história. Em 2010, o PIB brasileiro alcançou 7,5% (IBGE, 2021), o mais elevado da série iniciada em 1996. Em 2011, o país ultrapassou a Grã-Bretanha e se tornou a sexta economia do mundo (BBC BRASIL, 2011). O Brasil saiu do mapa da fome da FAO em 2014, após retirar dezenas e dezenas de milhões de brasileiros da linha de extrema pobreza (FAO, 2014). A taxa de desemprego naquele ano chegou ao patamar mínimo histórico de 4,3% (DIEESE, 2021). O Brasil era uma estrela em ascendência, que atraía para si os olhares do mundo, representados em eventos como a Copa das Confederações e o Mundial da FIFA de futebol e as Olimpíadas. O ex-presidente Lula era rotulado de “o cara, o político mais popular da Terra” pelo presidente dos Estados Unidos (BBC BRASIL, 2009). A ex-presidenta Dilma desfilava entre os líderes russo, indiano, chinês e sul-africano inaugurando o banco do BRICS em Cúpula em Fortaleza (BRASIL, 2014).

Para a soberba estadunidense seria incompatível com sua perspectiva imperialista a tolerância de um governo que lutasse pelo respeito à soberania nacional, pela preservação de seus recursos, que procurasse tão abertamente conter as distorções históricas da má-distribuição de renda

com inclusão social, e, acima de tudo, que ainda crescesse economicamente, ampliando as fronteiras geopolíticas com parcerias comerciais que não fossem com eles próprios (os Estados Unidos), pior, que fossem com seus concorrentes diretos.

Em *As veias abertas da América Latina* (GALEANO, 2008), Eduardo Galeano destaca que “Há anjos que ainda creem que todos os países terminam à beira de suas fronteiras. São os que afirmam que os Estados Unidos pouco ou nada têm a ver com a integração latino-americana, pela simples razão de que os Estados Unidos não fazem parte da Associação Latino-Americana do Livre Comércio (ALALC) nem do Mercado Comum Centro-Americano” (2008, p. 325). Foi bondoso o gigante uruguaio: nem os anjos são capazes de acreditar na assertiva. A emancipação política das nações latino-americanas foi sucedida pela sujeição ao imperialismo dos Estados Unidos. Do sul do Chile ao norte do México aos norte-americanos foi dado, historicamente, passe livre para a exploração das riquezas minerais, naturais, energéticas regionais. A industrialização tardia ocorrida após a segunda guerra mundial foi marcada pela voracidade predatória do capital especulativo estadunidense. Quando aqui e ali se tentou caminhar com mais autonomia, invasões militares foram empreendidas, golpes de Estado praticados, sob a orientação direta, senão com a própria participação militar do Tio Sam. No Brasil, o próprio

Galeano registrou em sua memorável obra: “O regime militar tentava os capitais estrangeiros oferecendo-lhes o país como os proxenetas oferecem uma mulher” (GALEANO, 2008, p. 282). Muito cômodo que quisessem os Estados Unidos eternizar sua estrutura de dominação.

Na virada do século XX para o século XXI, o cenário político na América Latina parecia contrariar a determinação histórica. Vencidas as ditaduras militares que assolavam a região, as nações do continente começaram a experimentar um paulatino avanço de governos nacionalistas sociais- progressistas, que buscavam romper com as estruturas históricas da exploração imperialista.

Em 23 de fevereiro de 2010, quando foi fundada, em Playa del Carmen, no México, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), com proposta de alternativa política à assim considerada “norte-americanizada” Organização dos Estados Americanos (OEA), governavam na América do Sul [1]: Lula da Silva, no Brasil; Hugo Chávez, na Venezuela; Nestor Kirchner, na Argentina; Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador; Michelle Bachelet, no Chile; Tabaré Vázquez, no Uruguai; Fernando Lugo, no Paraguai. A estes somavam-se, na América Central e Caribe, Daniel Ortega, na Nicarágua, e Raúl Castro, em Cuba. Nem no tempo de Bolívar o cenário parecia se encontrar tão hostil à presença do imperialismo estadunidense [2].

Não foi por acaso que o que se viu, desde então, foi uma reviravolta conservadora na região (reviravolta que mal se sabia já havia começado no ano anterior, 2009, com o golpe hondurenho sobre Manuel Zelaya) com destronamento, um a um, de todos os governos progressistas citados, a exceção dos governos na Venezuela, Cuba e Nicarágua, não sem enfrentamentos de enormes dificuldades que persistem até o dia de hoje. No centro do destronamento, uma toada uníssona que girava em torno de uma suposta indignação geral contra a corrupção e que antepunha, de um lado, governos e, de outro lado, parlamentos, judiciários, por vezes, forças armadas, robustecidas por intensa articulação de mídia, poder econômico e mobilização social de classes abastadas.

Fernando Lugo caiu por impeachment, Dilma Rousseff, *idem*. Evo Morales sofreu golpe de Estado clássico. Cristina Kirchner, Rafael Correa e, em menor grau, Michelle Bachellet, sofrem até hoje com processos judiciais. O ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva amargou 580 dias preso e um ano a mais recorrendo, sendo privado de disputar eleições presidenciais quando as pesquisas lhes eram amplamente favoráveis, até que suas condenações fossem anuladas pela Suprema Corte devido à parcialidade do juiz que lhe condenou no curso da Operação Lava Jato. Uso explícito do sistema judiciário para atacar um adversário: *lawfare*.

O *lawfare*, elemento-chave nos processos de desmonte dos governos sociais latino-americanos, é, nas palavras da professora emérita da Thomas Jefferson School of Law, Susan Tiefelbrun, “uma espécie de arma de destruição do inimigo, via uso, mau uso e abuso do sistema legal e de mídia, para criar uma ação pública contra o inimigo” [3]. Em síntese, judicialização seletiva para desestabilização. No Brasil, a operação investigativo-judicial Lava Jato, responsável pelo apoio social ao impeachment que resultou na deposição de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, e que repercutiu na prisão do ex-presidente Lula da Silva, em abril de 2018, foi puro *lawfare*.

A operação foi formalmente instaurada pelo ministério público federal de Curitiba, em março de 2014, no rastro de uma comoção social iniciada em junho do ano anterior (2013), em torno do mote de enfrentamento à corrupção. Desdobrou-se de investigações que apuravam operações suspeitas de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção engendradas por doleiros, empresários e políticos isolados e, de um link entre um doleiro e um diretor da Petrobrás, avançou tentáculos sobre autoridades políticas ligadas ao governo de Dilma Rousseff, criando uma narrativa de que toda estrutura do governo, bem como de seu partido político, o PT, estavam corrompidos. As investidas se deram paralelamente às eleições presidenciais da época (2014). Não foram suficientes para abalar a recondução da ex-presidente ao

segundo governo, mas tampouco o novo mandato eletivo foi bastante para aplacar a efervescência social turbinada pela mídia e por partidos políticos recém-derrotados nas urnas, que contestaram os apertados resultados eleitorais e usaram o fato da Lava Jato como munição para empreender um verdadeiro boicote geral à nova gestão presidencial, engrossado, inclusive, por ações deletérias no parlamento, que ajudavam a inviabilizar a governabilidade.

Num dado momento em que Dilma Rousseff tentou resgatar as bases políticas de seu governo, convidou o ex-presidente Lula para o cargo de Ministro da Casa Civil. O áudio do telefonema foi captado ilegalmente pelo juiz da Lava Jato e vazado para o principal noticiário do país, que o apresentou como se fosse uma mega conspiração para livrar o ex-presidente das investigações que sordidamente vinha sofrendo. O país pegou fogo. Dilma Rousseff cairia por impeachment antes de completar a metade do segundo mandato, num processo parlamentar legitimado por motivos cuja base legal pouco importavam.

Mas despeito do êxito contra Dilma a operação Lava Jato sempre teve como meta eliminar o ex-presidente Lula do mapa político e histórico do país. Era ele que tinha que carregar a pecha de criminoso-chefe de toda trama, que precisava ser condenado e aprisionado. Afinal, saíra do governo com uma popularidade recorde de 87% (DATAFOLHA, 2010),.

algo jamais obtido antes por um chefe de Estado no Brasil. Apenas uma desumanização completa, com associação à imagem de maior corrupto da história, lesa-pátria-mor do país, anularia a memória de seus feitos e o impediria de retornar à presidência em novas eleições. Um apartamento triplex de 215m² seria a principal prova da propina recebida pelo ex-mandatário. Por cascata, também, o pressuposto da existência de esquemas milionários de corrupção havidos com as benções do ex-presidente. Em março de 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o juiz da operação Lava Jato, Sérgio Moro, agiu com suspeição. A farsa veio abaixo.

A suspeição do ex-juiz Sérgio Moro demonstrou que o fim da operação Lava Jato sempre foi prender o ex-presidente Lula da Silva, custasse o que custasse em termos de malabarismos processuais. Uso de *lawfare* não apenas pelo juiz, mas pelo corpo de procuradores da República e membros da polícia federal, que não mediram esforços em confabular sobre estratégias de elaboração de teses de acusação, hipóteses probatórias, linhas de ação em audiências, até mesmo de datas de prática de atos formais, além de medidas de vazamento de informações (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2020). Nem os advogados do ex-presidente Lula da Silva foram poupados, tiveram telefones grampeados.

Conversas de chat divulgadas pelo site The Intercept_Brasil (2021),

que tinha à frente o Prêmio Pulitzer Glenn Greenwald, jornalista principal das revelações do caso Snowden, demonstraram que os meios de provas suscitados no processo do triplex para justificar o suposto crime de corrupção do ex-presidente eram considerados frágeis pelo principal procurador acusador. Mostraram que juiz e procuradores estavam absortos em interesses político-ideológicos. As motivações foram claras tanto durante o processo de destituição de Dilma Rousseff, como na estratégia de inviabilização da candidatura presidencial de Lula da Silva (o ex-presidente foi julgado em processos de velocidade meteóricas e encarcerado após a decisão condenatória de segunda instância, antes do trânsito em julgado da sentença), bem como para dificultar a eleição de Fernando Haddad, candidato escolhido pelo PT para substituir Lula da Silva nas eleições em que foi impedido de disputar. À ocasião, Lula foi proibido de conceder entrevistas. Às vésperas do primeiro turno eleitoral, o ex-juiz da Lava Jato vazou delação, acusada de fantasiosa por integrantes da polícia federal, de um ex-ministro de Dilma Rousseff, com o intuito claro de tumultuar o cenário eleitoral para prejudicar o candidato do PT.

A sequência dos eventos foi surreal. O ex-juiz da Lava Jato abandonou a magistratura para assumir o cargo de Ministro da Justiça no governo de Jair Bolsonaro, o presidente que não teria sido eleito se ele, ex-juiz, não tivesse impedido o

principal concorrente, Lula da Silva, à frente nas intenções de votos, segundo institutos de pesquisas, de disputar.

Mas onde, afinal, estão os Estados Unidos por trás disso tudo? Estão posicionados sutilmente atrás de ONG's e *think tanks* que trabalham especificamente o convencimento da opinião pública na aceitação de suas ideias (por exemplo, que tudo vale para a eliminação da corrupção, até a destruição das bases políticas e econômicas da nação) e estrategicamente posicionados no centro de cooperações penais transnacionais, que, via extraterritorialidade, abrem portas para a invasão de soberanias.

Nos chats que revelaram as ações espúrias entre juiz e procuradores da Lava Jato se constatou a intimidade fora do comum entre os operadores de justiça do Brasil e os setores correlatos nos Estados Unidos. Tratativas entre procuradores da Lava Jato e procuradores do Departamento de Justiça dos EUA foram realizadas ao arrepio da lei nacional e do conhecimento das autoridades competentes no Brasil. Uma fundação privada, supostamente montada para atuar contra a corrupção no país, seria estruturada com recursos bilionários obtidos em acordo administrativo-judicial (*plea bargain*) da Petrobrás com as autoridades norte-americanas. Durante o governo de Dilma Rousseff agentes do FBI estiveram no Brasil sem o conhecimento do Ministério da Justiça, quiçá da procuradoria geral da República, trabalhando com os agentes

da Lava Jato (AGÊNCIA PÚBLICA, 2020). Documento do Departamento de Estado dos Estados Unidos divulgado pela WikiLeaks apontou que os norte-americanos promoveram treinamento de operadores de Justiça no Brasil (*Bridges Project*) visando fortalecer a bilateralidade entre os dois países em matéria criminal citando nominalmente o ex-juiz Sérgio Moro, responsável número pela trama judiciária brasileira, como um dos painelistas facilitadores (WIKILEAKS, 2009). Nada estranho, Ana Penido e Miguel Stédile lembram, com propriedade, que o ex-juiz, que atualmente trabalha para a Alvarez & Marsal, firma estadunidense que administra a recuperação judicial de empresas que ele mesmo ajudou a quebrar com suas sentenças, faz questão de reconhecer no currículo que integrou o “Programa de Instrução para Advogados na Escola de Direito de Harvard e do *International Visitors Program*” igualmente organizado pelo Departamento de Estado estadunidense. (PENIDO; STÉDILE, 2021, p.118-119). Impossível não comparar com os intercâmbios de outrora com a famigerada Escola das Américas, responsável pelo treinamento de militares que patrocinavam golpes de Estado, América Latina afora, durante o século XX.

Com o argumento de ter em mira gigantes multinacionais, a Lava Jato foi uma operação sediada no Brasil com olhos no exterior. Uma versão mais ampla, porém mais

moderna e sutil de Operação Condor, sacudindo de desgraça toda região. Os diálogos expostos revelaram objetivos que perpassavam fronteiras na América Latina. No Peru, o ex-presidente Alan García cometeu suicídio devido à violência persecutória. Na América do Sul, além de Brasil e Peru, a operação respingou no Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. Há ramificações da operação no Panamá, El Salvador, República Dominicana e México. Por onde passa no continente americano a Lava Jato segue destruindo soberanias, exceto na América do Norte, onde despeja dividendos não só políticos, mas econômicos.

A guerra não convencional desenvolvida no Brasil, via Lava Jato e *lawfare*, não atentou apenas contra a liberdade do ex-presidente Lula da Silva ou contra a integridade moral de integrantes do Partido dos Trabalhadores, a guerra lesou a essência da democracia brasileira, dando oxigênio a um impeachment presidencial indevido e impedindo que eleições presidenciais chegassem a resultado diferente.

E pior foram os resultados práticos a que se chegou: a economia brasileira desmoronou. Com a operação, multinacionais foram à falência, empresas quebraram e se foram 4,4 milhões de empregos. Estima-se que, no período, o país tenha perdido um percentual de crescimento de 3,6% em PIB, 47,4 bilhões de reais em arrecadação de impostos e 20,3

bilhões de reais em contribuições sobre folha (DIEESE, 2021). O país despencou para a atual 12ª posição no ranking internacional de economias (IMF. GDP, 2021), com tendência de cair ainda mais, supostamente retornando ao mapa da fome. 14,8% de desemprego contra os 4,8% de antes da Lava Jato. A Petrobrás, que graças a uma solidez de décadas, conseguiu sobreviver a um bombardeio jamais visto contra uma empresa nacional, dificilmente se livrará da pecha de multinacional corrupta.

Mas tão grave quanto os resultados econômicos foram os resultados políticos da Lava Jato. A criminalização orquestrada da política repercutiu incisivamente no desequilíbrio das forças partidárias internas, com deslocamento do poder para o retrocesso civilizatório, o fascismo. Talvez conviesse ao Tio Sam que as transformações políticas nacionais estancassem no governo de Michel Temer, vice-presidente que conspirou contra a Dilma Rousseff e foi ungido ao cargo após o impeachment. A conversão da agenda social do governo por uma agenda liberal, privilegiando o grande capital em detrimento da inclusão social, facilitando o acesso internacional à exploração do Pré-Sal e sujeitando a política exterior do país à linha norte-americana no plano da geopolítica já seriam de bom tamanho. Mas o resultado foi pior, pelo menos para o Brasil.

A ironia do destino é que na tentativa insana de, a todo custo, aprisionar um inocente, o ex-presidente Lula da Silva, a Lava Jato esgarçou a política nacional e encontrou a corrupção nas práticas dos conspiradores que se insurgiram contra a democracia no processo de impeachment e que até então apoiavam a operação judicial, inclusive o candidato derrotado nas eleições de 2014 e até mesmo o vice-presidente que tramou contra a antiga companheira. Em resumo, a oposição se decompôs deixando o espaço da direita tradicional às mãos de radicais, fundamentalistas, neopentecostais, monarquistas, militares, homofóbicos, misóginos, supremacistas, truculentos de todos os gêneros e matizes, que outrora não teriam voz se não fossem a internet, para lembrar o imortal Umberto Eco (ANSA, 20215).

O fascismo não tem aresta. Quando se pensa que chegou ao pior, há sempre um pouco a mais para piorar. Um ministro das comunicações que imita indisfarçadamente Goebbels; um chanceler que acha correto o país virar um pária internacional; um ministro da economia que trata o servidor público como o inimigo contra o qual se deve plantar uma granada no bolso; um ministro da educação que acusa as universidades federais de serem laboratórios de entorpecentes; um ministro do meio ambiente que quer aproveitar o caos da pandemia para “deixar a boiada passar” aprovando leis contra a proteção ambiental; uma ministra dos direitos

humanos que se agarra à defesa de pautas antifeministas e fundamentalistas-religiosas; um responsável pela pasta da igualdade racial que anuncia descartar no lixo o acervo literário-histórico do órgão por considerar manipulado ideologicamente; um responsável pela cultura que anda armado nas instalações do governo; militares aos montes colaborando com os descasos mais absurdos que se possa imaginar. Abuso de poder e corrupção saltando aos olhos.

Entre verdades e *fake news*, brasileiras e brasileiros vivemos sob ameaça constante do Presidente da República. Ameaças que são proferidas contra a esquerda, ameaças pronunciadas contra a independência dos poderes da República, ameaças contra a realização de eleições presidenciais em 2022. Chantagens, intimidações, ultimatoss. Pior, sofrendo o temor de sermos vítimas de algo ainda mais cruel, que é morrer numa pandemia de coronavírus que, em data de hoje, já ceifou 563.562 vidas (CONASS, 2021), centenas de milhares das quais poderiam ter sido poupadas se o governo brasileiro tivesse se contido em sua necropolítica e se programado para comprar vacinas no tempo certo. Se pelo menos o presidente tivesse acreditado na gravidade da pandemia e não tivesse perseverado na prescrição de remédios ineficazes, insistido em desacreditar as iniciativas de distanciamento social, se oposto ao uso de máscaras... Nada disso.

Em 2008, o professor andaluz Joaquín Herrera Flores (2008, p.11) publicou sua laureada obra *La (re)invención de los derechos humanos*. Ali, propôs uma estratégia articulada, inovadora, visando a promoção e a realização dos direitos humanos. Na epígrafe, insculpiu: "as frases são minhas, as verdades são tuas" do cantor brasileiro Zeca Baleiro. Por certo, o maestro espanhol se agarrou à beleza do verso, mas se optou em registrar uma passagem brasileira com tanto destaque em um livro que se pretendia revolucionário no tema dos direitos humanos é porque também acreditava no Brasil. Um Brasil que, com todos os seus problemas e imperfeições, era um modelo a se buscar, porque reconhecia os erros passados, mas apontava para o futuro com a vontade de acertar. Uma nação grande e diversa, que olhava o mundo com a certeza de que com solidariedade, empatia, resiliência e boa vontade todos poderiam ser felizes e viver em paz, apesar das diferenças e diversidades. Uma aposta na riqueza humana! Foi contra esse modelo de país em pleno avanço que impuseram uma guerra híbrida e a Lava Jato. É pelo resgate dessa proposta civilizatória que a humanidade deve se colocar antes que se alastre o estado de absurdo.

Notas

1- Ordem aleatória de nomes.

2- Á propósito, já dissera, o Libertador: “Os Estados Unidos parecem destinados pela providencia para encher de fome e miséria a América em nome da Liberdade” . (Carta de 5 de agosto de 1929, remetida a Patrício Campbel, desde Guayaquil). (PIDIVAL, 2006, p. 156).

3- *Lawfare is a weapon design to destroy the enemy by using, misusing, and abusing the legal system and the media to rise a public outcry against that enemy.* (Tradução livre). (TIEFENBRUN, 2010).

Referências bibliográficas

- AS MENSAGENS secretas da Lava Jato. *The Intercept_ Brasil*, jun. 19; maio 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- BBCfilma Obama dizendo que Lula é 'político mais popular da Terra'. *BBC Brasil*, 2 abr. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/multimedia/2009/04/090402_g20obamalu. Acesso em: 20 jul. 2021.
- BRASIL. *Discurso da presidenta Dilma Rousseff na Cúpula dos Brics em Fortaleza (vídeo)*. Planalto, 15 jul. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JWw83qpjLZM>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- BRASIL supera Grã-Bretanha e se torna 6ª maior economia, diz entidade. *BBC Brasil*, 26 dez. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226_grabretanhabrasil_ss. Acesso em: 20 jul. 2021.
- CONASS. *Painel Conass Covid-19*. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- DATAFOLHA. *Avaliação Lula 17 a 19/11/2010*, 20 dez. 2010. Disponível http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.
- DIEESE. *Implicações econômicas intersectoriais da Operação Lava Jato*, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- ECO, Umberto. ANSA, 10 jun. 2015. Disponível em: https://www.ansa.it/sito/notizie/cultura/libri/2015/06/10/eco-web-da-parola-a-legioni-imbecilli_c48a9177-a427-47e5-8a03-9ef5a840af35.html. Acesso em: 20 jul. 2021.
- EX-AGENTE duplo conta como a CIA promove 'guerras não violentas' para implodir governos. *Sul 21*, 2 nov. 2015. Disponível em: <https://sul21.com.br/breaking-newsentrevistas/2015/11/ex-agente-duplo-conta-como-a-cia-promove-guerras-nao-violentas-para-implodir-governos/?amp=1>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- FAO. *The State of Food Insecurity in the World: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition 2014*, p. 23. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i4030e/i4030e.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeano de Freitas. 48ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HERRERA FLORES, Joaquín. *La Re(in)vención de los derechos humanos*. Andalucía: Atrapasueños, 2008. (Colección ensayando)

IBGE. *SCNT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. PIB. Séries históricas. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em: 19 jul. 2021.

IMF. *GDP, current prices*: Billions of U.S. dollars. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPD@WEO/OEMDC/WEOWORLD/BRA/ADVEC>. Acesso em: 20 jul. 2021.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Tradução de Thiago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

O QUE deslanchou o lawfare contra Lula foi o petróleo, diz Celso Amorim (vídeo). *Brasil 247*, 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/brasil/o-que-deslanchou-o-lawfare-contralula-foi-a-questao-do-petroleo-diz-celso-amorim?amp>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PENIDO, Ana; STÉDILE, Miguel Enrique. *Ninguém regula a América: guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2021. (Coleções emergências).

PIDIVAL, Francisco. *Bolívar*:

pensamiento precursor del antiimperialismo. Caracas: Ediciones de la presidencia de la República, 2006.

PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; RICOBOM, Gisele; DORNELLES, João Ricardo (org.). *Comentários a um acórdão anunciado: o processo Lula no TRF4*. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

QUEM são os agentes do FBI que atuaram na Lava Jato. *Agência Pública*, 2 jul. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/07/quem-sao-os-agentes-do-fbi-que-atuaram-na-lava-jato/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SHARP, Gene. *Da ditadura à democracia: o caminho para a libertação*. Tradução de Susana Sousa e Silva. Lisboa: Tinta da China, 2015.

TIEFENBRUN, Susan. W. Semiotic Definition of Lawfare. *Case Western Reserve Journal of International Law*, v. 43, issue 1, 2010. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1866448. Acesso em: 19 jul. 2021.

VEJA os documentos ultrassecretos que comprovam espionagem a Dilma. *G1*, 2 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/veja-os-documentos-ultrassecretos-que-comprovam-espionagem-dilma.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

WIKILEAKS. *Bugging Brazil*, 4 jul. 2015.

Disponível em:
<https://wikileaks.org/nsa-brazil/selectors.html>. Acesso em: 19 jul. 2021.

WIKILEAKS. *Brazil: Illicit Finance Conference uses The "T" World, succesfully*, 30 out. 2009. Disponível em:
https://wikileaks.org/plusd/cables/09brasilia1282_a.html. Acesso em: 21 jul. 2021.

ZANIN MARTINS, Cristiano; ZANIN MARTINS, Valeska Teixeira; VALIM, Rafael. *Lawfare: uma introdução*. 1ª reimpressão. São Paulo: Contracorrente, 2020.

RESUMO

O presente artigo discorre sobre a guerra híbrida e o lawfare no Brasil, à luz da Operação Lava Jato, problematizando sobre as graves consequências de ambos os fenômenos para a realidade democrática do país. O estudo é puro e bibliográfico, com abordagem qualitativa e escopo exploratório.

Palavras-chave: Lava Jato; Guerra híbrida; Lawfare; Brasil.

Abstract

We discuss hybrid warfare and lawfare in Brazil in the light of Operation Car Wash, analyzing the serious consequences of both phenomena for Brazilian democratic, using an exploratory, bibliographical approach and qualitative methods.

Keywords: Car Wash; Hybrid warfare; Lawfare; Brazil.